

2 POLÍTICA

TEMA DO DIA // VERBAS PÚBLICAS

CORREIO BRAZILIENSE

BRÁSILIA, DOMINGO, 7 DE NOVEMBRO DE 2004

Editor: Oswaldo Buarim Jr. // oswaldo.buarim@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
 Coordenadora: Erica Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1186 • fax: 214-1155

“ PARA CADA TRÊS FISCAIS DA RECEITA QUE FORAM ADMITIDOS NOS ÚLTIMOS ANOS, SE CONTRATOU UM PARA AVALIAR A DESPESA DA UNIÃO ”

Fernando Antunes, presidente da Unacon, sobre a dificuldade de fiscalização dos programas sociais

R\$ 5 BILHÕES

É a soma do dinheiro mal utilizado pelos municípios nos programas sociais

Erros sociais

Relatório da Controladoria Geral da União aponta prejuízos em programas de assistência à população carente

LILIAN TAHAN
 DA EQUIPE DO CORREIO

O governo terá de poupar, em 2005, R\$ 24 bilhões para pagar juros da dívida externa — o valor corresponde a três vezes o orçamento gasto com programas de transferência direta de renda. Com tal obrigação, a União não poderia se dar ao luxo de perder um só real das minguadas verbas destinadas a investimentos. Inspeções realizadas pelo próprio Executivo, no entanto, apontam um quadro preocupante: o dinheiro reservado para financiar ações na áreas de saúde, educação e assistência se torna ainda menor ao chegar aos municípios.

Relatório de Gestão preparado pela Controladoria Geral da União aponta erros que comprometem a boa gestão de programas em todos os ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de centenas de auditorias realizadas durante o ano de 2003, técnicos do órgão de controle do Executivo detectaram falhas que vão desde a má fé de governantes, passam pelo despreparo de gestores e persistem pela falta de controle, corroendo o orçamento.

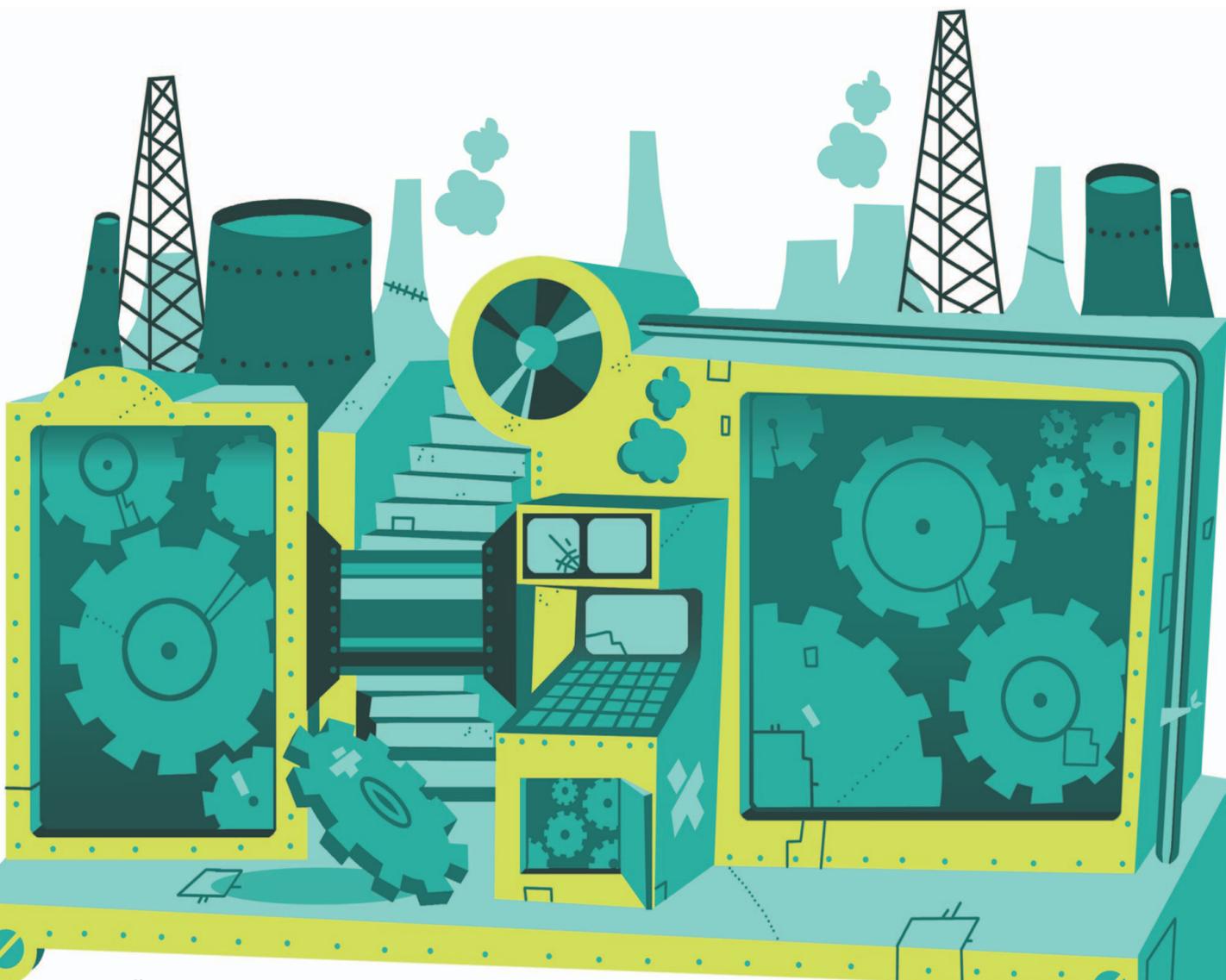
O Correio teve acesso a um documento de 177 páginas, que condensa as principais conclusões dos trabalhos de campo realizados pela CGU. O trabalho analisa 145 programas espalhados por 21 pastas da Esplanada e aponta que pelo menos o uso de R\$ 5 bilhões de dinheiro público pode ter sido mal gerido em 2003. Com a ajuda da própria controladoria e o cruzamento dos dados com os relatórios originados do programa de fiscalização nos municípios por sorteios foi possível detalhar os exemplos mais marcantes da fiscalização.

Um dos programas que caiu na malha fina da CGU foi o Fome Zero, principal vedete do governo na área social. Foram detectadas restrições na ação de *Combate a Fome com Assistência Financeira à Família Visando a Complementação de Renda para a Compra de Alimentos*. Sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, a ação tem como objetivo a distribuição de alimentos para as famílias acampadas de sem-terra.

Em visitas realizadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, os auditores descobriram que o governo pagou por arroz tipo II, mas recebeu um produto de qualidade menor, classificado como tipo III, um grão mais amarelo, menos saboroso e, pior, menos nutritivo, que chegou a ser vetado por algumas Delegacias Federais de Agricultura para o consumo humano.

Calote

Alertado da fraude pelos técnicos da CGU, o Ministério da Agricultura suspendeu a distribuição dos grãos. Depois de reavaliar o material e considerá-lo apto para o consumo apesar de ter qualidade inferior ao produto descrito



O QUE NÃO DEU CERTO

Principais falhas encontradas pela Controladoria Geral nos municípios

TODA CRIANÇA NA ESCOLA

- Pagamento a servidores que não são profissionais do magistério.
- Despesas realizadas com aquisição de materiais de construção e com reformas de escolas, sem que os serviços tenham sido executados
- Pagamento de despesas que não se caracterizam como de manutenção e desenvolvimento do ensino conforme determina a Lei 9.394/96
- Prédios em condições inadequadas para o funcionamento de escolas, pagamento de professores com salários inferiores ao salário mínimo
- Contratação de veículos inadequados para transporte escolar

FOME ZERO

- Foram verificados no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará inferioridade na qualidade de produtos comprados, como o arroz e o feijão em relação ao preço cobrado por eles. Delegacias federais de agricultura chegaram a questionar em alguns casos se a qualidade dos grãos eram próprias para o consumo humano.
- Dificuldade por parte do Incra do Rio de

Janeiro de conseguir veículos apropriados para a realização do transporte dos alimentos, o que pode comprometer a integridade dos produtos.

SAÚDE DA FAMÍLIA

- Kits de medicamentos desviados para outro programa de saúde
- Número de atendimentos das equipes abaixo do previsto
- Membros das equipes não cumprem jornada de 40 horas semanais
- Equipes do Programa de Saúde da Família incompleto

ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

- Em 414 fiscalizações da CGU foi constatada a existência de saldos de exercícios anteriores em contas bancárias, a não aplicação dos recursos repassados sem evitar a desvalorização da verba utilizando-a em mercado financeiro
- A não realização pelos conselhos de assistência social, dos gestores estaduais e municipais de supervisões periódicas nas instituições que prestam atendimento aos

beneficiários da ação

- Falhas nos procedimentos licitatórios para aquisição de materiais de consumo e gêneros alimentícios destinados às entidades
- Erros na documentação que comprovam despesas realizadas, cobrança indevida de taxas de atendimento pelas entidades
- Inadequação das instalações físicas das entidades executoras
- Realização de despesas incompatíveis com a finalidade da ação, tais como pagamento de vale-transporte, de obrigações trabalhistas, despesas de investimento
- Ausência de controle do material adquirido pelas prefeituras e repassado às entidades

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

- Não execução da meta prevista
- Não comprovação da disponibilização do valor referente à contrapartida
- Atraso nos pagamentos das bolsas às famílias
- Pagamento das bolsas diretamente pela Prefeitura, o que contraria a legislação do programa que determina que os

pagamentos devem ser realizados por agências bancárias ou dos Correios

- Falta acompanhamento e fiscalização dos conselhos de assistência social para execução do programa.
- Falta de treinamento dos monitores que atuam na jornada ampliada

PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

- Atraso na apresentação das prestações de contas
- Descumprimento de cláusulas pactuadas no Termo de Convênio e inobservância às normas, que regulamentam a utilização de recursos concedidos por convênios
- Não realização plena dos objetivos, com atraso na conclusão de obras ou de forma mais grave, a sua não disponibilização aos usuários, apesar de concluídas

LIVRO ABERTO

- Inexistência de Lei Municipal para criação de algumas bibliotecas
- Não implantação de bibliotecas
- Acervo em desacordo com o projeto ou não recebido pelas unidades

no contrato, o ministério autorizou o repasse do alimento. O superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento, José Nilton dos Santos, explica que a diferença de classificação se deu em pequena escala, sem comprometer a possibilidade de uso do alimento. O prejuízo em dinheiro, no entanto, até agora permanece irreversível.

Para comprar 246,8 mil quilos

de arroz, o Ministério da Agricultura pagou R\$ 356,1 mil. Com a diferença de classificação dos grãos, a pasta levou um calote de R\$ 16,3 mil, o que seria suficiente para comprar outros R\$ 16,8 mil quilos dos grãos. “Nós tomamos todas as medidas legais, entramos na Justiça para pedir indenização e descredenciamos a empresa que nos fraudou”, disse Nilton.

A combinação de má fé com

falta de fiscalização sistemática levou os técnicos da controladoria a desvendar um esquema comum nos repasses de verbas da União: o desvio de função do dinheiro repassado aos municípios. Em Malhada de Pedras, cidade do interior da Bahia, os auditores identificaram a emissão de notas frias envolvendo 12 empresas que negaram qualquer vínculo com a prefeitura do município. O mon-

tante de R\$ 710 mil relativos a recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e do Magistério (Fundef) foi destinado a complementação dos salários de 209 servidores. Com um detalhe: nenhum deles tinha qualquer vínculo com o magistério.

Há casos em que o dinheiro não some, mas é subutilizado. Em São José do Belmonte (PE)

os médicos contratados pelo Saúde da Família — programa do Ministério da Saúde com objetivo de dar atendimento integral e continuado a famílias — recebem salário correspondentes a cinco dias por semana, mas só trabalham de três a quatro dias. Além disso, descaracterizam o programa, pois ao contrário das recomendadas visitas de rotina, só atendem doenças graves.

Arte: Gabriel Goes